**Acesso Aberto e Direitos Autorais: equilíbrios num “Admirável Mundo Novo”– Bibliotecas e Repositórios Institucionais das Universidade do Algarve e de Évora.**

**Sara Marques Pereira[[1]](#footnote-1)**

*Science is the mother of the digital age. And yet, twenty-two years after CERN placed the World Wide Web software in the public domain, effectively creating the open internet, science itself has struggled not only to “go digital” but also to “go open”*.[[2]](#footnote-2)

A questão dos direitos autorais, ou da propriedade intelectual ou industrial[[3]](#footnote-3), procura equilíbrio difícil entre o direito, as políticas públicas a economia e a tecnologia. Na realidade o acesso aos conteúdos digitais veio questionar esse equilíbrio entre interesse público e interesses privados. Música, cinema, literatura, pintura estão hoje em dia à distância de um “click” sendo difícil, muitas vezes, fazer respeitar os chamados *copyright*.

A produção científica, cujos avanços e descobertas se fazem maioritariamente através da comunicação escrita, (seja de textos, seja de patentes), confronta-se diariamente com estas questões. Por um lado temos o interesse público da divulgação destes resultados, em circuitos mais limitados ou mais generalizados, por outro temos os seus autores, investigadores e cientistas que tentam salvaguardar um direito que é amplamente consagrado na lei e do qual lhes advém, não sós benefícios imateriais, direito de propriedade, como proventos materiais usufruídos com a publicação desses textos ou patentes.

As imperiosas necessidades da comunicação da ciência, aproveitando a globalização da internet, ocorridas com a Iniciativa dos Arquivos Abertos (OAI) na década de noventa, mostraram as potencialidades de um sistema que viria a alterar a maneira como se faz investigação e a forma como funcionavam os arquivos e bibliotecas em todo o mundo.

Todavia este percurso não foi, nem está a ser, isento de dificuldades ou riscos. De facto, apesar do Movimento do Acesso Aberto (AO), que viria sensibilizar os investigadores para a disponibilização dos seus trabalhos através das plataformas criadas para o feito, nomeadamente através dos **repositórios institucionais**, verificam-se ainda várias resistências, não só da parte dos autores / investigadores, como das editoras/ livreiros que assim foram vendo escapar o monopólio da publicação, acabando por colocar em perigo a própria existência.

De facto, segundo o estudo da APEL (2014) entre 2004 e 2012 deu-se uma forte quebra no mercado livreiro em Portugal, tendo desaparecido nesse espaço de oito anos 132 livrarias, ou seja, cerca de 23% das existentes, sendo que a publicação de e-books não chegou a compensar essa enorme queda.

Sofrendo o mesmo tipo de pressão as livrarias, editoras e bibliotecas, principalmente as mais pequenas, com os seus acervos tradicionais em papel, também vão enfrentando problemas sérios de renovação e manutenção, veja-se a recente “Carta Aberta para Sair da Crise no Sector do Livro e da Leitura”, enviada à Assembleia da República a 17 de Abril de 2018.[[4]](#footnote-4)

A “reinvenção das editoras” vem mostrar que o caminho é possível e mitigar alguns dos problemas existentes: apostando na digitalização das suas publicações e na comercialização via plataformas digitais como a *Amazon*, e digitalização de parte editorial de muitas editoras tradicionais, e sobretudo a criação a nível mundial de fornecedores de conteúdos (textos integrais, periódicos científicos e *ebooks*), muitos criados especificamente para o universo académico como é exemplo a **B-on** em Portugal - cujo contratos são negociados a nível nacional com as principais editoras nacionais e internacionais de forma a se obterem melhores resultados.

Esta realidade impôs, inclusive, novas regras na avaliação das Instituições Ensino Superior (IES), onde o acervo bibliográfico que é disponibilizados aos investigadores, docentes e alunos é medidos pela qualidade e quantidade das bases bibliográficas que estão disponíveis (contratualizadas) nessa instituição para as suas diferentes formações.

Ao mesmo tempo, com a criação dos **repositórios institucionais**, também obrigatórios em todas as IES, se vai disponibilizando toda a chamada literatura cinzenta, teses, trabalhos de fim de curso, relatórios etc., e se vão sensibilizando os investigadores, e os centros de investigação ou institutos a que estes estão associados, para a disponibilização dos seus trabalhos de investigação, rotina que tem efeito numa certa *metrificação* da avaliação do corpo docente das instituições[[5]](#footnote-5), tal como foi consagrado no *Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior* (RJIES) e posteriormente nos seus regulamentos de avaliação.

Naturalmente, os regulamentos dos repositórios institucionais criados preocuparam-se, não só com a função de conservação e divulgação da produção científica ali depositada, bem como com a salvaguarda dos direitos autorais. Neste prepósito podem os seus autores, no acto do depósito, determinar se esse depósito - por sua natureza *integral* - ficará em acesso aberto ou não, e neste caso, que parte poderá ficar consultável, ou imprimível, e durante quanto tempo deverá existir esse embargo, etc..

Facilmente se compreende que é uma revolução que está em marcha. Este acesso à informação, ciência e ao conhecimento globalizado é um feito tão extraordinário como ao seu tempo foram as grandes sínteses da cultura ecuménica: o *Corpus Aristotélico* (séc. IV a.C.) ou a *Encyclopédie, ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers* (1750-1772)…

Todavia, tal como defende o moderno conceito da biodiversidade, também na cultura e na ciência a prevalência de uma “espécie” não deve comprometer outras. Também aqui este equilíbrio tem de ser procurado, respeitando autores, salvando os livros físicos e as bibliotecas que os acolhem.

Neste ponto do debate sobre a questão do Acesso Aberto e Direitos Autorais, consideramos importante mostrar o trabalho que vem sendo feito, quer nas Bibliotecas Gerais quer nos Repositórios Institucionais de duas Universidade Portuguesas: Universidade do Algarve e a Universidade de Évora, explicando não só os processos de funcionamento e as boas práticas, mas também os bloqueios e dificuldades sentidas nestes sectores.

**I Universidade do Algarve – O Repositório Institucional da Universidade do Algarve – *SAPIENTIA***

**Maria Margarida Vargues [[6]](#footnote-6)**

**Emília Pacheco [[7]](#footnote-7)**

1. **Enquadramento institucional da Universidade do Algarve**

A Universidade do Algarve (UAlg) foi criada pela Assembleia da República em 1979 (Lei nº 11/79 de 28 de março) e em 1988 foi decidido a nível governamental a sua articulação com o Instituto Politécnico de Faro, criado, também, em 1979 (Decreto Lei nº 513-T/79, de 26 de dezembro), tendo em consideração a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 46/86, de 14 de outubro) e a possibilidade de melhor articular os subsistemas de Ensino Superior Universitário e Politécnico.

Caracteriza-se esta Universidade por ter sido criada por decisão da Assembleia da República e por ser a primeira, a nível nacional, que englobou Unidades Orgânicas do Ensino Superior Universitário e Politécnico.

Na sequência da aprovação dos Estatutos da Universidade do Algarve, em 1991, foi criado um novo enquadramento legal (Decreto Lei nº 241/92, de 29 de outubro) e extinto o Instituto Politécnico de Faro.

Com a publicação do novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, foram revistos os estatutos e, após homologação ministerial, foram publicados os novos Estatutos em 2008 (Despacho Normativo nº 65/2008 do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, de 22 de dezembro).

O desenvolvimento e crescimento da UAlg desenrolou-se com a criação de novos cursos de bacharelato e licenciatura nas diversas Escolas, no Campus da Penha e da Saúde, e das Faculdades, no Campus de Gambelas. Para além da oferta formativa a nível do bacharelato e licenciatura, foram criados mestrados e doutoramentos. Foi a partir de 1990 que a UAlg passou a conferir o Grau de Doutor em vários ramos da Ciência, com o primeiro doutoramento atribuído em julho desse ano.

**1.1. Repositório Institucional *SAPIENTIA***

O repositório institucional da UALg, ***Sapientia***[[8]](#footnote-8), foi criado em dezembro de 2008 com a missão de reunir o conjunto das publicações científicas produzidas pelos seus docentes e investigadores, pretendendo-se assim maximizar a sua visibilidade, garantir o acesso fácil a esse acervo, melhorar o impacto público da atividade científica da Universidade e assegurar a preservação da sua memória. O seu objetivo direto é o de disponibilizar em acesso aberto (ou seja, em texto completo, acessível *online*, gratuito, irrestrito e mundial) os documentos que resultem das atividades de investigação e desenvolvimento levadas a cabo na UAlg. A sua estrutura, dividida por comunidades e coleções, reflete a orgânica da Universidade, e a tipologia da produção científica.

Tal como outros vinte e sete repositórios institucionais portugueses, também o ***Sapientia*** faz parte do Serviço de Alojamento de Repositórios Institucionais (SARI), assente em infraestruturas do projeto RCAAP (Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal)[[9]](#footnote-9), beneficiando dos equipamentos e das aplicações, do alojamento, da conectividade, da segurança, do serviço de *backups*, e dos sistemas geridos pelo projeto, bem como do apoio e formação por parte da equipa.

O SARI é suportado pelo sistema DSpace e o repositório é automaticamente indexado no portal RCAAP[[10]](#footnote-10) e compatível com os sistemas de currículos científicos DeGois e, futuramente, CIÊNCIAVITAE, com as normas OpenAire e Driver e com as políticas de acesso aberto da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), entre outros.

A instituição atribuiu à Biblioteca a responsabilidade da gestão e administração do repositório, implementando as configurações e parametrizações consideradas como mais adequadas à organização, e dotando-o, em 2012, de uma política de auto-arquivo das publicações[[11]](#footnote-11).

**1.2. Depósito de teses e dissertações e o acesso aberto**

O objetivo do repositório ***Sapientia*** está associado à disponibilização dos documentos em acesso aberto, o que se aplica também às teses e dissertações conferentes de graus na UAlg. Esta disposição decorre da Política de depósito da UAlg11 e da legislação em vigor[[12]](#footnote-12). A preocupação tem-se centrado na disseminação dos conteúdos em acesso aberto e na preservação a longo prazo, exigindo o depósito de ficheiros em formatos abertos, segundo a Portaria 285/2015, de 15 de setembro.

Os autores de teses e dissertações deverão autorizar o depósito dos seus trabalhos no ***Sapientia***, mediante a assinatura de formulário próprio, incorporado no trabalho. As licenças atribuídas são não exclusivas e não restringem os direitos dos autores. Sempre que, pela natureza do trabalho, é necessário aplicar períodos de embargo à disponibilização em Acesso Aberto dos conteúdos, os autores deverão preencher um formulário solicitando o embargo pelo período pretendido. No caso de trabalhos resultantes de financiamento de projetos de I&D, os períodos de embargo autorizados decorrem da Política sobre Acesso Aberto a Publicações Científicas da FCT[[13]](#footnote-13).

**2.1. Ações tomadas para a disponibilização em acesso aberto dos conteúdos**

As ações tomadas com vista ao depósito das teses e dissertações em acesso aberto, incidiram sobre duas vertentes:

1. obtenção da autorização de depósito por parte dos diplomados entre 1987 e 2012, ano em que os documentos passaram a incorporar o formulário de autorização de depósito;
2. obtenção de ficheiro eletrónico das teses e dissertações depositadas na Biblioteca somente em formato impresso.

Para a concretização da primeira ação, realizou-se entre 2011 e 2015 uma campanha de contacto com todos os antigos diplomados com vista a obter uma Declaração de Depósito Digital, formulário que conferia autorização de depósito em três modalidades: acesso aberto, embargo de um ano civil sobre o depósito ou acesso fechado. Dos cerca de 1630 contactos, resultou a obtenção de 1154 declarações. Esta campanha foi realizada pelos funcionários da Biblioteca.

No âmbito da segunda ação, procedeu-se à digitalização de cerca de 420 documentos, dos quais 328 em regime de *outsourcing* com financiamento pelo orçamento da Biblioteca/Universidade. Os restantes, com recurso aos Serviços de Reprodução Documental da UAlg.

**2.2- Balanço da situação atual**

O repositório ***Sapientia*** tem depositadas 3687 teses e dissertações das quais 492 são de doutoramento e 3195 são de mestrado. Relativamente aos doutoramentos, o número de documentos depositados, corresponde a 87% dos graus de doutoramento conferidos pela UAlg e registados no RENATES[[14]](#footnote-14). Sobre o tipo de acesso a estes documentos, predomina o acesso aberto quer nos doutoramentos, quer nos mestrados (Figura 1).

*Figura 1- Teses e dissertações depositadas no Sapientia por tipo de acesso*

A Biblioteca da UAlg continuará a desenvolver trabalho nesta área, para aumentar o número de documentos disponibilizados em acesso aberto e para cumprir os tempos de depósito previstos na legislação.

**II - Universidade de Évora: *Repositório Digital de Publicações Científicas da Universidade de Évora* (RDPC).**

**Celia M. Rocha Oliveira[[15]](#footnote-15)**

**Nelson Madeira [[16]](#footnote-16)**

Implementados em Instituições de Ensino Superior os repositórios institucionais são uma ferramenta fundamental no cumprimento da missão das universidades na produção, incentivo e disseminação da produção científica de docentes e investigadores. O depósito da produção científica, para além de contribuir para um maior controlo bibliográfico, incentiva também a uma maior competitividade intelectual, bem como à redução da dispersão da informação.

Os repositórios institucionais podem ser potenciais indicadores da qualidade das instituições de ensino superior e também da sua relevância em termos científicos, sociais e económicos, o que de alguma forma irá aumentar a sua visibilidade e valor público, fazendo sobressair a relevância da própria instituição perante os seus pares.

**1. O *Repositório Digital de Publicações Científicas da Universidade de Évora - RDPC***

Cumprindo este objectivo a Universidade de Évora (UEvora) tem desde 2007, tem a funcionar o ***Repositório Digital de Publicações Científicas da Universidade de Évora (RDPC)***.

Este repositório é composto por comunidades (Biblioteca Geral, Centros de Investigação, Cátedras e Departamentos da UEvora) agregado ao RCAAP - Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal, desde Abril de 2009, e partir de 2011 integrou também a Plataforma DeGois, facilitando a assim a atualização dos currículos dos Docentes e Investigadores da Universidade de Évora, através da importação e exportação de dados de uma plataforma para a outra.

À semelhança de outros repositórios institucionais, também este foi criado com o objetivo de reunir um conjunto de informação, que pretende difundir a investigação realizada na Universidade de Évora, contribuindo para a geração de novos conhecimentos, inventariar e valorizar a preservação da memória intelectual, académica, científica e cultural, além de constituir um instrumento de monitorização.

Todas as teses ou dissertações da UEvora apresentadas e discutidas publicamente, e as quais tenham sido aprovadas, são depositadas no ***RDPC*** em conteúdo integral ou parcial. Estes depósitos são efetuados pelos Serviços da UEvora (Biblioteca Geral da Universidade de Évora), e ficam disponibilizados para consulta *online*, divulgando-se assim uma parte muito importante da investigação efetuada na Universidade de Évora, através de uma única Comunidade – Biblioteca Geral.

O processo foi iniciado com as teses entregues nos últimos anos em formato digital e *à posteriori*, foi efetuada a passagem das teses mais antigas também para o suporte digital, de modo a ficarem todas disponíveis *online.*

O depósito das teses, referidas anteriormente, é conferido através do preenchimento de uma declaração de depósito no ***RDPC***, onde o depositário pode escolher a forma de disponibilização dos documentos que deseja auto-arquivar, ou seja:

1. Disponibilização integral do conjunto do trabalho em acesso livre
2. Disponibilização de parte do trabalho para acesso livre (ex. introdução, capítulos, conclusão, anexos, etc.)
3. Disponibilização apenas dos metadados descritivos para acesso livre (autor, título, resumo, entre outros)

Sempre que o autor optar pela modalidade 2 ou 3 deve juntar justificação.

**2. O *RDPC* - Breve resumo dos primeiros dez anos**

O ***RDPC*** entrou em produção no final de 2007, os primeiros 2 anos de vida foram dedicados à divulgação e formação na plataforma e devido a isso o nível de utilização foi baixo, no entanto a partir de 2009 houve uma evolução acentuada da sua utilização, devido principalmente a 4 fatores:

* A integração com o RCAAP(2009) e DeGois(2011)
* A disponibilização da informação de investigação nos portais institucionais (2010)
* A interligação com o processo de avaliação de docentes no SIIUE (2012)
* O aparecimento de legislação nacional sobre o depósito e disponibilização de teses na rede RCAAP (2015)

Em cada um destes momentos foram acrescentados mecanismos técnicos de suporte. Ao nível do RDPC foram integrados AddOn’s disponibilizados pelo projecto RCAAP e ao nível do SIIUE e páginas institucionais foram desenvolvidos clientes para os *webs services* disponibilizados respetivamente pelo ***RDPC*** (OAI-PMH) e SIIUE (SOAP).

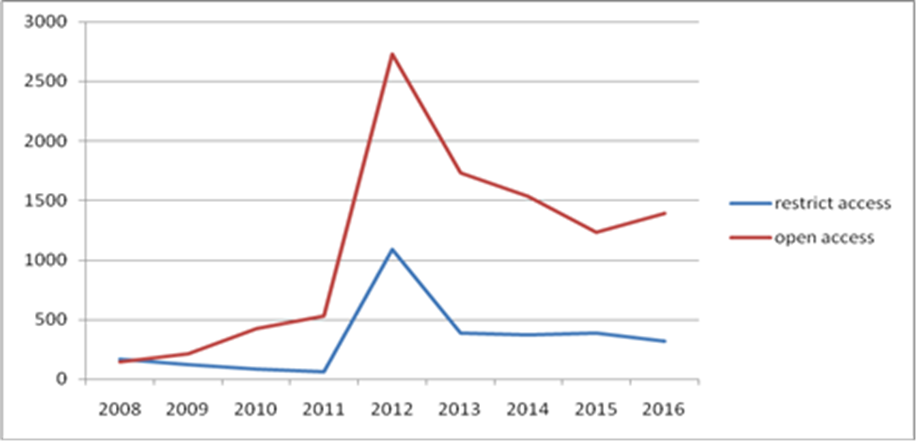
**3. Balanço atual e indicadores estatísticos**

No ano em que se completaram 10 anos da existência do ***RDPC***, em simultâneo com os módulos I&D do SIIUE, decorreu um inquérito de auscultação dos intervenientes da Universidade.

O inquérito que nos permitiu retirar alguns indicadores/tendências gerais nas respostas, que indicamos de seguida:

* a quase totalidade dos intervenientes conhecem as plataformas e a grande maioria reconhece que estas são úteis ou muito úteis;
* a grande maioria considera importante ou muito importante o depósito e disponibilização de publicações em acesso aberto e indica que as unidades de investigação a que estão ligados promovem a disponibilização em acesso aberto;
* no que se refere a sugestões de melhoria, as que sobressaem são a necessidade de facilitar o depósito das publicações no ***RDPC*** assim como a reutilização da informação já existente noutras plataformas.

No sentido de percebermos se a sensibilização para o Open Access tem resultado, verificámos também o nº de depósitos em Open Access por ano:



1. Universidade de Évora – CIDEHUS/FCT [↑](#footnote-ref-1)
2. OECD (2015), “Making Open Science a Reality”, *OECD Science, Technology and Industry Policy Papers*, No. 25, OECD Publishing, Paris. http://dx.doi.org/10.1787/5jrs2f963zs1-en [↑](#footnote-ref-2)
3. Em Portugal veja a legislação sobre esta matéria nas últimas três décadas: Lei nº 45/85 de 17 de Setembro; Lei nº 119/91 de 3 de Setembro; DL nº 252/94 de 20 de Outubro; Portaria nº 238/20111 de 6 de Junho e DL nº 143/2014 de 2014. [↑](#footnote-ref-3)
4. “Carta Aberta para Sair da Crise no Sector do Livro e da Leitura”

   <http://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=PT89103>  [↑](#footnote-ref-4)
5. Esta é uma outra discussão, larga, necessária, mas que, naturalmente, extravasa por ora a questão que tratamos. [↑](#footnote-ref-5)
6. UAlg - Biblioteca; CIDEHUS-UE/FCT mvargues@ualg.pt [↑](#footnote-ref-6)
7. UAlg- Biblioteca; CIAC- UAlg epacheco@ualg.pt [↑](#footnote-ref-7)
8. https://sapientia.ualg.pt [↑](#footnote-ref-8)
9. Iniciativa da UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento, concretizada pela FCCN – Fundação para a Computação Científica Nacional - http://projeto.rcaap.pt/ [↑](#footnote-ref-9)
10. https://www.rcaap.pt/ [↑](#footnote-ref-10)
11. https://www.ualg.pt/sites/default/files/seccoes/biblioteca/despachort020.2012\_deposito\_de\_documentos\_no\_sapientia.pdf [↑](#footnote-ref-11)
12. DL 115/2013 sobre graus e diplomas, que no artigo 50º estabelece a obrigatoriedade de depósito destes trabalhos num repositório da rede RCAAP (https://dre.pt/application/file/498425); Portaria 285/2015 define os aspetos mais práticos do processo, (https://dre.pt/application/conteudo/70297426); e o Despacho FCT nº 14167/2015 que define os Formatos de Ficheiro (https://dre.pt/application/conteudo/72779297) [↑](#footnote-ref-12)
13. https://www.fct.pt/documentos/PoliticaAcessoAberto\_Publicacoes.pdf [↑](#footnote-ref-13)
14. https://renates.dgeec.mec.pt [↑](#footnote-ref-14)
15. UE – Serviços de Ciência e Cooperação-GAI - cmro@uevora.pt [↑](#footnote-ref-15)
16. – UE – Serviços de Informática - nmadeira@uevora.pt [↑](#footnote-ref-16)